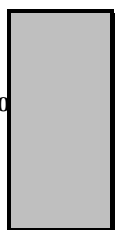


Tradução



**OS FUNDAMENTOS
EPISTEMOLÓGICOS E
METODOLÓGICOS DO
CONHECIMENTO HISTÓRICO.
ALGUMAS REFLEXÕES ENTRE
PASSADO E FUTURO***

Silvia Pizzetti**

Tanto no plano da reflexão teórica, quanto no plano concreto da prática didática todos aqueles que se ocupam hoje, na Itália, do ensino da história, tendem a enfatizar a influência (benéfica) exercida pelos novos modelos de pesquisa e registro historiográfico das matrizes francesas (Annales), anglo-saxônicas (History Workshop, Labour History), norte-americana (Herstory) e alemã (Neue Sozialgeschichte).

A renovação didática seria passada e, ainda mais, deveria passar da difusão – nos manuais, nos projetos curriculares, no funcionamento dos

* Tradução: Luiz Antonio Ferraro e Juliana Ricarte Ferraro. Publicado originalmente na *LineaTempo – itinerari di ricerca storia e letteraria*, Volume 01, Abril 2000, Itália, com o título “I fondamenti epistemologici e metodologici della conoscenza storica: qualche riflessione fra passato e futuro”. Para a publicação, modificou-se a norma referente à nota de rodapé em fim de página, originalmente utilizada pela autora, seguindo as orientações de publicação desta revista. Manteve-se, no final do artigo, as indicações de leituras sobre historiografia na língua italiana. (N.T.).

** Professora do Departamento de Ciência da História e da Documentação Histórica da Universidade de Estudos de Milão (Itália).

laboratórios de história, nas inovações dos conteúdos e das linguagens – das práticas epistemológicas da *Nouvelle Histoire* (“nova história”)¹.

Para melhor poder avaliar o sentido e o alcance de tais afirmações, é oportuno partir de uma reconsideração das características mais significativas das tradições historiográficas das quais estamos (talvez) nos despedindo, de um balanço das realizações concretas de uma “história” já – depois de meio século – não mais “nova” e da identificação das orientações epistemológicas emergentes, que se quiseram capazes de mudar a face da história “disciplina” e da história “matéria”, como conhecemos há dois séculos.

Dar uma idéia de quais são os caminhos para os quais a historiografia, hoje, é orientada significa procurar tornar unitário um mundo que nunca o foi e muito menos o é agora: se há um dado que, de fato, caracteriza a historiografia contemporânea, um dado revelado por todos, é que a pesquisa histórica sofreu um processo de ampliação infinito em virtude de tantos e tão diversos pontos de vista.

Aumentou, antes de tudo, o número de seus estudiosos; ser historiador é uma profissão já difundida em todos os países do mundo (ainda que com diferentes variantes, fruto dos diversos pesos da disciplina na formação universitária), tanto que se pode dizer que, hoje, não há nenhuma nação que não seja dotada de funcionários encarregados da memória histórica².

Contemporaneamente se está empenhado, em tentativas parcialmente vitoriosas, em abraçar âmbitos e problemáticas infinitamente mais ricas, mais amplas, mais complexas e mais diversificadas do que tudo quanto acontecia no passado. A historiografia contemporânea não considera nenhum objeto, condição ou atividade, que tenha qualquer relação com o homem,

¹ A este propósito S.Garracino – D. Ragazzini. *L'insegnamento della storia. Operazioni storiografiche e operazioni didattiche*. Firenze, La Nuova Itália, 1996 e M. Brusa (direção de). *World History. Il racconto del mondo*. Milano, Bruno Mondadori, 1998.

² Conforme G. Barraclough, *Atlante della storia, 1945-1975*. Roma-Bari, Laterza, 1977.

estranhos a seu próprio interesse. É uma historiografia onívora porque não limita as escolhas, não compreende que existem âmbitos especificamente destinados à própria pesquisa como sempre acontecia no passado. A historiografia contemporânea considera que lhe é pertinente qualquer dimensão significativa para a vida do homem.

Tal ampliação dos objetos de estudo, naturalmente incluíram propostas de desafios metodológicos-interpretativos absolutamente novos em relação ao passado. Um passado que – talvez simplificando muito – podia resumir-se naquele que foi definido como o “paradigma rankiano” (de Ludwig von Ranke, um dos pais fundadores da historiografia moderna): uma historiografia preferentemente interessada na dinâmica político-institucional, no Estado, no relacionamento dos poderes, nos homens e nas culturas políticas, na vida internacional, na paz e na guerra.

Um paradigma, em suma, que focalizava prioridades específicas, e que não procurava outros âmbitos de interesse: a historiografia conheceu, desde o século XVIII, uma significativa curiosidade por aquilo que nós chamamos de cultura em sentido alto, por todas as manifestações ligadas à literatura, à arte, à ciência, considerada também essa como expressão de uma civilização que, todavia, colocava sempre, no próprio centro, a dimensão política.

A historiografia contemporânea refutou este paradigma e este modo tradicional de relacionamento com a vida dos homens, e o definiu como um paradigma simplificador que empobrecia o conhecimento da complexidade da vida humana e objetivou, realizando em grande parte este propósito, recompor uma visão do homem total, onde nada de sua vida e do seu ser permanesse fora da observação do historiador. Isto significou introduzir, no panorama dos trabalhos historiográficos, objetos de consultas novas e insólitas. Alguns exemplos puramente indicativos: a historiografia do pós-guerra ocupou-se do corpo do homem como objeto a partir do qual pudesse indagar sobre a formação histórica em condições culturais diversas; ocupou-se dos problemas de gênero (masculino-feminino), do relacionamento pais-filhos,

marido-mulher, estudou a história da família, da sexualidade e da procriação (ou dos limites postos à procriação); ocupou-se em reconstruir a história do nascimento e a história da morte, e não somente em termos de demografia histórica, mas também e sobretudo na dimensão do sentido e do sentimento da vida e da morte³. Escreveu a história do vestuário e da saúde, a história da comida e da alimentação e, por fim, a história dos odores e dos sentimentos, todas aquelas expressões do homem que vive em sociedade.

Considere-se apenas alguns exemplos: o homem, em suma, não é mais entendido essencialmente como intérprete de um desenho político, mas antes de tudo como ser condicionado pelo corpo que o acompanha, ativo em uma sociedade, em uma rede de relacionamentos afetivos e sociais, portador de valores culturais, mas em que o termo “cultura” não tem mais nada a ver com o seu significado tradicional, mas indica antropologicamente a rede infinita de encontros que enriquecem a vida do homem de valores e de significados.

A partir daqui, a historiografia se movimentou para enriquecer, de maneira significativa, o leque das opções de estudo possíveis.

A história tradicional é toda política, a “nova” é toda variada e articulada. A historiografia tradicional coincidia com uma reconstrução essencialmente expositivo-narrativa, com início, meio e fim; a historiografia contemporânea abandona esta forma em favor de uma leitura analítica e problemática; apresenta-se um problema, aplica-se um modelo interpretativo, estrutura-se e dele se extrai algumas conclusões generalizantes. O antigo paradigma produzia uma historiografia do alto, que contava sobre os grandes homens e das épocas revolucionárias; o novo paradigma quer oferecer uma historiografia por baixo, da vida quotidiana, das grandes coletividades anônimas e mais ainda dos marginais, dos diferentes, daqueles que não são os condutores da grande história; de onde o interesse pela mente coletiva e pela psicologia social.

³ BURKE, P. (direção de). *La storiografia contemporanea*. Roma-Bari, Laterza, 1993.

Pelas razões apresentadas a historiografia tradicional é baseada em grande parte em fontes dos arquivos públicos ou privados e a nova historiografia abraça a multiplicidade de fontes que reconstituem as mil faces da atividade do homem. A antiga coloca sua lente sobre a intencionalidade da ação, sobre os elementos que formam as decisões e a nova, no momento em que privilegia forças coletivas e se ocupa de mentes e de gêneros, descuida da intenção humana para privilegiar transformações anônimas e processos de longos e longuíssimos períodos; interessa-se pouco pelo racional e pelo intencional e focaliza no irracional um objeto possível⁴. A antiga historiografia se distingue claramente dos outros saberes sobre o homem social por objetos, métodos e linguagens, a nova se funde com esses (outros saberes), pregando uma interdisciplinaridade quase a ponto de anular a própria especificidade e de desaparecer no campo das ciências humanas e sociais.

Novas fontes querem dizer também novos problemas metodológicos e interpretativos⁵: um dos setores mais inovadores da *Nouvelle Histoire* é certamente a demografia histórica que tornou disponíveis e utilizáveis, pela primeira vez, uma série de dados capazes de reconsiderar fortes generalizações sobre os movimentos das populações. Este método serial, típico de muitos historiadores, comporta, todavia e com muita frequência, o aparecimento de um perigoso determinismo. Até mesmo Fernand Braudel, em seu livro *Civiltà e Impri del Mediterraneo nell'età di Filippo II*⁶, que se inicia com uma descrição das condições físico-geográficas da área mediterrânea,

⁴ Pioneira neste sentido *La grande paura del 1789* de Georges Lefebvre (Torino, Einaudi, 1973), ou a história de um grande movimento popular determinado a difundir-se a partir de um irracional e infundado sentimento coletivo de perigo.

⁵ Por exemplo, no recurso da iconografia como fonte histórica: conforme o belo livro de F. Yates, *Astrea: l'idea di impero nel Cinquecento*. Torino, Einaudi, 1999, que através de um hábil uso das imagens, reconstitui a mudança em movimento no conceito de império na Europa do século XVI, o ocaso da monarquia universal e a chegada do estado moderno.

⁶ BRAUDEL, F. *Civiltà e imperi del Mediterraneo nell'età di Filippo II*. Torino, Einaudi, 1953.

termina por explicar uma série de elementos tão condicionantes que parece não considerar o homem e sua capacidade transformadora.

Pense-se também tripla partição braudeliana em *storia profonda*, tratando dos dados físico-geográficos, persistentes e quase imóveis, nível *intermedio* das dinâmicas econômico-sociais em que a mobilidade e a transformação são extremamente lentas e complexas e a *storia di superficie*, caracterizada pela efervescência das mudanças próprias da história política. Do historiador, espera-se, antes de tudo, indagações sobre os dois níveis de longa e longuíssima duração⁷.

Segundo o velho paradigma o historiador deveria ocupar-se somente de coisas mortas, de realidades a respeito das quais houvesse adquirido uma distância suficiente para colocar em perspectiva o problema; o historiador de hoje recusa esta idéia, quer seja por possuir um conhecimento de qualidade diferente, seja porque se ocupe da própria contemporaneidade ou ainda porque entre em contato direto com o objeto humano de sua pesquisa. Mas as fontes orais são difíceis de recolher, de tabular, de interpretar porque são fontes em que o relacionamento entre quem elabora a pergunta e quem a responde, o modo pelo qual é recebida a pergunta e elaborada e transcrita a resposta, comportam tantos e tais problemas metodológicos e interpretativos que transformam aqueles que deles se ocupam em um especialista, por necessidade, multidisciplinar. É preciso dizer que o debate sobre as fontes orais⁸ tiveram também na Itália um eco importante nos estudos históricos porque foram sustentados por debatedores convencidos dos valores desta nova técnica e outros decisivamente adversários dela e que consideram que as fontes orais não são capazes de reconstituir realmente uma dimensão historicamente convincente.

⁷ BRAUDEL, F.. *Histoire et sciences sociales: la longue durée*. In: "Annales", 1958, n° 17 (tradução italiana In: BRAUDEL, F. (direção de). *La storia e le altre scienze sociali*. Roma-Bari, Laterza, 1974, pp. 153-193).

⁸ A este propósito, ver: PASSERINI, L. *Storia e soggettività. Le fonti orali, la memoria*. Firenze, La Nuova Italia, 1988 e CONTINI, G. – MARTINI, A.. *Verba manent. L'uso delle fonti orali per la storia contemporanea*. Roma, Nuova Italia Scientifica, 1993.

A necessidade de melhorar as técnicas específicas, por exemplo no tratamento de séries quantitativas de dados, trouxe para muitos o aprendizado de práticas e habilidades muito complexas, relativas à gestão do quantitativo e do serial, como o recurso a softwares dedicados aos equipamentos eletrônicos e a vários instrumentos técnicos de gestão.

Esta ampliação das fontes e das metodologias exigiu então uma necessária especialização que acentuou e tornou sempre mais profunda a diferenciação disciplinar entre os historiadores: por volta dos anos 50, primeiros anos da década de 60 na historiografia italiana já se advertia que a especialização estava trazendo separações e distinções muito claras entre os historiadores que se ocupavam das grandes e tradicionais divisões cronológicas. Os historiadores da antigüidade andavam em uma direção diferente dos historiadores da idade média, diferente ainda dos historiadores da idade moderna e dos contemporâneos, e as quatro grandes áreas correspondiam sempre mais a problemáticas, métodos e discussões diferentes. Tanto que estava se tornando sempre mais difícil para um historiador escutar e debater com um colega que não pertencesse ao próprio e estreito âmbito de estudo. Esta é uma verdadeira novidade com relação ao passado, onde era muito comum que um historiador passasse de uma época à outra na escolha do próprio objeto de pesquisa: utilizemos o exemplo de G. Salvemini, que nasce como medievalista, tem uma breve fase em que se ocupa da revolução francesa e de problemáticas modernas e chega à história contemporânea. O mesmo acontece com B. Croce que pode tranqüilamente ocupar-se da história do século XVIII napolitano e, quando escreve em 1929 a *Storia dell'a Italia Unida*⁹, enfrenta a história do próprio tempo. Poder-se-ia continuar com muitos outros exemplos como aquele de F. Chadod¹⁰ que principia como

⁹ CROCE, B. *Storia d'Italia dal 1871 al 1915*. Milano, Adelphi, 1991.

¹⁰ Para os roteiros de estudo de G. Salvemini, de B. Croce, de F. Chadod e dos outros historiadores italianos citados ver: VIGEZZI, B. (direção de). *F. Chadod e la 'nuova storiografia italiana' (1919-1950)*. Milano, Jaca Book, 1983.

medievalista, ensina por toda a sua vida história moderna, mas chega nos anos da guerra à história contemporânea, à qual dá uma contribuição de enorme valor. G. Volpe, A. Omodeo ou L. Salvatorelli, C. Moranti ou W. Maturi (para citar somente alguns nomes entre os maiores da historiografia italiana) naturalmente amadureceram diversos interesses sobre tudo, mantendo sempre uma fecunda conexão entre os âmbitos cronológico-disciplinares.

Nenhum destes historiadores jamais se ocupou, todavia, de história antiga, porque ela, antes de qualquer outra, havia se emancipado do contexto mais vasto de uma historiografia na qual se podia falar da Idade Média, moderna ou contemporânea sem que parecesse invadir o quintal do vizinho. Os historiadores da antigüidade foram os primeiros a constituírem a sua própria especialização e isto é compreensível porque têm o que fazer com uma documentação bastante variada e dispersa. A história antiga deve se confrontar primeiramente com as fontes alternativas à escritura, reportando-se primeiramente à arqueologia, isto é, às outras formas de coleta de testemunhos da história do homem. Este afastamento do historiador da antigüidade em favor de seus próprios modelos, repercutiu no campo dos outros âmbitos disciplinares principalmente nos últimos 20 anos: nunca, mesmo no interior das grandes divisões que conservaram sua própria identidade acadêmica, a difusão de práticas didáticas e científicas dos objetos de estudo totalmente novos resultou em um colóquio, tão freqüentemente difícil, como entre os historiadores. É a impossibilidade de controlar uma matéria jamais terminada e de caráter sempre mais internacional.

Esta é uma das conseqüências – nem sempre positivas – da multiplicação dos historiadores e dos objetos da história. Um problema que todos aqueles que ensinam história têm sempre, constantemente, é aquele da atualização dos conhecimentos: mas a maior razão têm os historiadores, para os quais é sempre mais difícil dizer-se realmente atualizado até mesmo somente com relação a seu próprio e estreito âmbito de pesquisa.

A historiografia contemporânea empurrou todos os pesquisadores para uma hiperespecialização que arrisca empobrecer a visão e os resultados, de prender o historiador no espaço fechado do minúsculo assunto de que se ocupa (e onde freqüentemente já se cansa de seguir as novas orientações e as novas tendências). Neste sentido, expansões e fragmentações caracterizam contemporaneamente o nosso mundo dos estudos.

A descoberta de mil possíveis pistas de análises e de estudo teve então efeitos ao mesmo tempo positivos e negativos. Positivos certamente porque se descobriu quanto pode ser significativo um trabalho que levasse as análises e as reflexões a direções insólitas e sobretudo contribuísse com aqueles, então, menos dotados de sentidos e valores: como se a dimensão política fosse a única relevante na vida do homem e todas as outras infinitas modalidades de expressão menos qualificantes e significativas.

Por isso, o trabalho do historiador foi obrigado a enriquecer as próprias fontes e os próprios instrumentos. As fontes tradicionais do historiador eram, e permanecem por um longuíssimo período, as fontes publicadas (ou inéditas) mas sempre escritas, capazes de testemunhar eventos significativos da atividade política do homem: fontes clássicas são os arquivos dos estados, dos partidos, a imprensa, a publicidade, as cartas publicadas ou conservadas nos arquivos familiares, aquelas fontes através das quais é possível chegar às motivações e aos desenhos conscientes dos homens que esperavam ou eram esperados, em diversos momentos da vida histórica, cobrir papéis de responsabilidade e de decisões políticas.

Este patrimônio de documentação não foi abandonado, mas junto a ele foram descobertas novas fontes, de infinita riqueza e jamais utilizadas até aqui.

O objetivo de uma parte considerável da historiografia contemporânea é aquele de reunir e compreender as informações, as condições, a mentalidade daquele complexo objeto histórico que é constituído pelas classes populares, pela gente comum, pelos marginais, isto é, por aqueles que vivem a história, que freqüentemente sofrem, mas que não pertencem aos grupos dirigentes, ao grupo daqueles que dirigem a política, que a fazem.

Nesta nova perspectiva se inserem os estudos sobre o papel da mulher em determinadas sociedades mais ou menos longínquas no tempo, ou aqueles, assim ditos, “marginais”, isto é, aqueles aos quais a história do homem reservou, por diversas razões, um papel marginal na sociedade, por uma exclusão que pode ser provocada pela doença (os loucos), por haver descumprido normas fundamentais do viver social (os criminosos ou os ladrões), ou por haver sustentado posições heréticas com relação aos sentimentos comuns de religião ou política (os dissidentes religiosos e os exilados políticos). Marginais são pois até aqueles que, no interior da sociedade, desempenharam um papel não determinante porque economicamente postos fora da dinâmica do trabalho, os miseráveis, os vagabundos, aqueles que são estranhos aos ciclos produtivos.

Se estes são os novos objetos de análise da historiografia, através de quais fontes reconstruir a sua vida? Estes marginais, que traços podem ter deixado de sua própria existência?

O historiador se encontra frente a um desafio metodológico bastante difícil e trabalhoso, porque deve conseguir fazer falar aqueles que não estão habituados a falar nem a deixar marcas de si, aqueles que não têm, nem mesmo a consciência declarada da própria colocação histórica e são tão abatidos pelas vicissitudes da vida e que não param para refletir sobre a própria condição. Encontrar fontes através das quais fará emergir este mundo submerso tem sido uma das tarefas à qual se dedicam alguns autores da historiografia mais recente: uma maneira para fazer falar esta humanidade excluída da normalidade é, por exemplo, representada pelas fontes judiciais. Um autor como Carlo Ginzburg escreveu mais de um livro de grande sucesso, reconstruindo a dinâmica das pequenas comunidades rurais fazendo uso das fontes judiciais¹¹.

¹¹ Entre os trabalhos de Carlo Ginzburg pode-se lembrar: *I benandanti: ricerche sulla stregoneria e sui culti agrari tra Cinquento e Seicento* (Torino, Einaudi, 1966); *Miti, emblemi, spie: morfologia e storia* (Torino, Einaudi, 1986); *Il formag-*

Um outro traço característico da historiografia destes últimos decênios tem sido uma atenção muito forte para aquele fenômeno típico da marginalidade que é a bruxaria, isto é, a forma de negação da sociedade que se transforma em tentativas de dar vida a grupos sectários ou secretos que, sobre a base de uma pretensa potência diabólica, fosse capaz de dar – sobretudo a personalidades femininas – a capacidade de influir sobre a comunidade. A história da bruxaria e das bruxas, não apenas na Itália, pode ser desenvolvida em larga medida recorrendo-se às fontes inquisitoriais, que normalmente o historiador não consultava (a menos que o objeto de sua pesquisa não fosse um político).

Um outro modo para chegar-se a esta humanidade, cujo conhecimento é difícil, pode ser estudar os documentos mais indiretos, a vida e a morte, as práticas sexuais: pode-se recorrer, por exemplo, aos registros paroquiais e a toda a documentação que, sobretudo nos países católicos, era tradição que o pároco das almas acumulasse ou conservasse como um relatório permanentemente atualizado sobre a vida da comunidade religiosa pela qual era responsável.

O historiador tem andado à procura de fontes inéditas (no sentido de jamais utilizadas anteriormente), frequentemente fragmentadas ou de difícil obtenção, e ainda quando conseguidas não facilmente utilizáveis porque muito desiguais, de difícil interpretação: até mesmo a fonte judiciária não garante real utilização, pois não torna explícito o quanto a mentalidade do tempo condicionou a própria fonte.

O discurso do historiador torna-se, em suma, infinitamente mais rico em termos de possibilidades de pesquisa mas também muito mais complicado. Complicações que têm um efeito posterior sobre o trabalho do historiador: impõem, de fato, uma especialização com frequência um tanto marcada pela chegada de sinais de hipertrofia. Mesmo porque as fontes são sempre mais complexas e de difícil gestão, requerendo uma padronização, mesmo

gio e i vermi: il cosmo di un mugnaio del'500 (Torino, Einaudi, 1976) e *Storia notturna: una decifrazione del sabba* (Torino, Einaudi, 1995).

em termos de instrumentação técnica, que nem todos podem possuir. Um exemplo entre outros: tornou-se de uso muito comum na historiografia contemporânea o uso do recurso das fontes orais, um instrumento através do qual chegar ao próprio tempo da história e da memória. As fontes orais nascem como instrumentos do trabalho de antropólogos, que procuram por esta via colocar-se em contato e reconstruir a dinâmica cultural de sociedades tradicionalmente definidas como “selvagens”, mesmo que, em realidade, o antropólogo, hoje, não distinga assim tão drasticamente entre sociedades primitivas e sociedades evoluídas. A fonte oral é o instrumento pelo qual o antropólogo se serve para estabelecer um relacionamento com realidades culturais diferentes daquela a que pertence e, sobretudo, com sociedades não possuidoras de uma cultura escrita. Não é por acaso que os primeiros grandes teóricos das fontes orais – como formas fecundas de se chegar ao conhecimento –, sejam antropólogos e historiadores que se ocupam do mundo africano e do mundo amazônico latino-americano: encontra-se, de fato, frente a culturas que não têm outra forma de tradição e conservação da memória que a própria memória, que têm, em suma, uma história que se transmite de geração a geração, sofrendo profundas transformações, mas também tornando-se tradições. É portanto somente a oralidade que pode, neste caso, fornecer ao estudioso elementos de compreensão e de escritura histórica. O historiador recebeu então este instrumento novo do antropólogo e dele faz uso para reconstruir a história do cotidiano, para procurar reconstruir a mente coletiva, os mitos, as memórias, identidades largamente difusas no interior de contextos sociais mais ou menos definidos.

Um dos grandes estudiosos que fizeram largo uso das fontes orais é o inglês E. Thompson¹², que se serviu das fontes orais para reconstruir a cultura operária da Inglaterra eduardiana: o seu trabalho surgiu há algumas décadas, é considerado um clássico, e teve um certo número de seguidores entre os histo-

¹² THOMPSON, E. P. *Rivoluzione industriale e classe operaria in Inghilterra*. Milano, A.Mondadori, 1969, 2 vol.

riadores, mesmo os italianos, que hoje não estudam mais o mundo operário somente através da história dos sindicatos, das associações de mútuo socorro ou dos partidos operários, mas procuram reconstruir a cultura, conforme essa tenha sido definida nos vários momentos da história da Itália, através das fontes orais, isto é, através de uma série de questionários que colocam o historiador diretamente em confronto com os protagonistas humanos de sua pesquisa.

Mas o historiador “novo” procurou fazer também mais: afirmou vigorosamente a necessidade de abandonar a “história universal” para chegar à “história total”. Abandonar a história universal quer dizer ferir o pressuposto típico da historiografia dos últimos séculos, sobretudo da matriz historicista, de poder reconstruir em sentido unitário a história do homem. Teoricamente ancorada nas grandes filosofias da história, a história universal ambicionava construir um desenvolvimento global e coletivo da história da humanidade, no qual a diversidade de culturas e de civilizações encontravam um modo de recompor-se em um desenho unitário, em um desenvolvimento dotado de direção e de sentido. Desde a metade do século XVIII até a metade do século XX, sucedem-se as tentativas, em trabalhos de estudiosos solitários ou em impressões editoriais coletivas, de reconstituir desenhos globais da história da humanidade. No pós-guerra, ninguém se atreve mais a escrever história universal, e as razões são muitas: a primeira de todas é a crise das filosofias da história de caráter oitocentista, a crise do historicismo, a crise do marxismo, mas também a crise de um certo positivismo comtiano ou spenceriano que seguramente suportava a idéia de uma evolução progressiva da humanidade. O surgimento das crises destes grandes e fortes paradigmas teóricos provocaram um contragolpe sobre o trabalho dos historiadores: terminou a idade da fé no progresso humano e se entrou em uma outra época da filosofia e do pensamento moderno, a era do pensamento frágil.

Depois de duas guerras mundiais, crise é a palavra que resume o sentido de um século, o século XX, assim como o progresso era a palavra-chave que identificava o sentido do século XIX. Este sentido de crise se transfere, de

maneira palpável, até mesmo para o trabalho do historiador que, no fundo, abandona a dimensão prevalentemente política da própria pesquisa até porque acredita sempre menos nas potencialidades regeneradoras das ações responsáveis (individuais e coletivas), das ideologias e dos discursos políticos.

Não é preciso recordar que o relacionamento entre a política e a historiografia é um relacionamento forte e profundo terminando por dar origem às operações historiográficas, seja esta origem procurada nas histórias de Heródoto e de Tucídides, seja ela identificada no humanismo italiano, em Maquiavel e Guicciardini, ou ainda que se coloque muito mais adiante fixando o nascimento de uma historiografia científica em Ranke e nos teóricos oitocentistas do método crítico. O relacionamento entre a política e a historiografia parece um componente não eliminável da história da historiografia. Portanto, este relacionamento entra em crise na segunda metade do século XX, de maneira direta e explícita, justamente na assim chamada *Nouvelle Histoire* e desta orientação historiográfica da qual faz sua bandeira a revista francesa *Les Annales*, fundada nos anos 30 por Marc Bloch e por Lucien Febvre¹³, dois grandes estudiosos de história econômica e social. A *Nouvelle Histoire* luta não somente por uma historiografia que pare de ser escrava da política (a conexão e a solidariedade entre pesquisa histórica e batalha política é sempre quase total, pense-se em Michelet, Guizot, Thiers ou, na Itália, em Volpe, Salvemini, Croce, Gramsci, mas também em Regino, Villari, Spadolini, Galasso, Arfe, Scopola, todos ao mesmo tempo historiadores e políticos militantes), mas também para o fim de uma questão observada como condicionante e deformante: quase como se a historiografia pudesse nascer e crescer somente no interior ou ao lado de um interesse político qualquer que seja ele.

É nos fundamentos da historiografia dos *Annales* que nasce a idéia de que é chegado o momento da historiografia realizar um salto de qualidade que

¹³ Uma boa apresentação da escola dos *Annales* está In: BURKE, P. *Una rivoluzione storiografica*. Roma-Bari, Laterza, 1992.

a coloque naturalmente no âmbito das ciências do homem. É necessário que a historiografia realize uma sistematização dos procedimentos, dos instrumentos, das modalidades de pesquisa, que lhe propicie finalmente um encontro paritário com as outras ciências sociais, que com grandes decisões e com grande sucesso se afirmaram no mundo do saber. O grande modelo é representado pela economia, que soube dar-se um estatuto científico coerente e eficaz: ela produz conhecimentos capazes de incidir operacionalmente no presente, representando, enfim, um crescimento em termos práticos. Outros modelos são a sociologia, a antropologia e, por fim, a geografia: não é por acaso que a *Nouvelle Histoire* francesa propõe de maneira aberta um relacionamento direto com estas disciplinas das quais pode trazer tudo quanto a historiografia parece não possuir, vale dizer, uma bagagem de instrumentos conceituais sistematizados para utilizar no estudo do homem. A historiografia deve, enfim, tomar emprestado das outras disciplinas as categorias interpretativas fortes e reutilizá-las para o seu próprio trabalho. O conceito de estrutura, assim como o de cultura (compreendido no sentido mais amplo de qualquer dinâmica da vida do homem dotada de sistematizações) nascem no âmbito sociológico e antropológico, enquanto que o conceito de modelo, do qual a historiografia sempre fez mais uso, deriva em princípio da economia. Mesmo o conceito de classe, que teve tanto sucesso nos estudos históricos contemporâneos, chega à história proveniente da sociologia e da economia.

É como se aos historiadores faltasse uma capacidade de elaboração teórica autônoma e fossem por isso obrigados – na definição de um paradigma científico próprio – a recorrer a contínuos empréstimos. A historiografia se torna assim “dependente”, porque é frágil cognitivamente e não possui uma linguagem especializada. Se há um fato que faz reconhecer uma ciência plenamente posicionada, diz-se que é o fato de que aqueles que pesquisam naquele âmbito têm uma linguagem específica e distinta: a linguagem do historiador é, ao contrário, prevalentemente uma linguagem de sentido comum. É chegado o momento de dar também ao historiador uma lin-

guagem específica, que seja reconhecida nos textos e na interpretação das categorias cognitivas: isto pode talvez ajudar a compreender a mudança ocorrida na produção historiográfica contemporânea; se lermos obras recentes, nos encontraremos, com freqüência, frente a uma linguagem um pouco dura, de não imediata compreensão, de terminologia complexa, sempre acompanhada de aparatos de difícil entendimento (gráficos, tabelas, etc.). E isto é verdadeiro não somente para os historiadores de economia (que usam termos não somente como inflação ou deflação, mais ou menos compreensíveis a todos, mas também como estagflação), mas também pelos historiadores do cotidiano que retiraram boa parte de sua própria linguagem da antropologia e da psicologia social, e que fizeram então uso de categorias complexas cujo significado não é imediato e requer sempre uma melhor explicação (clari-ficação). O historiador sempre usou conceitos e categorias: Humanismo ou Contra-reforma, feudalismo ou Restauração, são alguns exemplos. E, todavia, as categorias historiográficas, encontram naturalmente uma colocação própria no interior de uma linguagem de senso comum.

Tudo ficou mais difícil hoje, agora que o historiador tende a tornar a sua escrita tão especializada e complexa a ponto de ser pouco compreensível para o usuário comum e sempre desagradável para todos a leitura de suas obras. Mesmo sob este aspecto, é preciso acrescentar mais alguma coisa: a historiografia oitocentista foi parte integrante da efervescência literária do século. Podemos ainda hoje ler os grandes historiadores do século XIX e dos princípios do século XX, apreciando-se as qualidades do texto, tendo o mesmo prazer como o da leitura de uma obra estética.

A historiografia contemporânea é, ao contrário, profundamente frágil sob este ponto de vista: o modelo não é mais literário, mas científico e nós sabemos que os livros dos cientistas raramente são apaixonantes para aqueles não ligados ao trabalho. Certamente as razões podem ser também outras: o aumento do número dos historiadores de profissão fez, naturalmente, baixar o nível médio, como se verifica em todas as profissões.

As conseqüências destas diversas qualidades dos textos históricos se medem também pela utilidade e difusão da comunicação histórica. Uma linguagem mais técnica, um texto menos literariamente eficaz significam menos leitores, uma divulgação menos ampla das mais recentes aquisições do conhecimento, uma conseqüente perda de relevância da cultura histórica na formação das classes dirigentes e das novas gerações.

Preocupando-se em ser aquilo que não são, procurando vestir as roupas dos colegas mais afortunados (economistas, sociólogos ou antropólogos), os historiadores perderam credibilidade; e esta é uma crise sem precedentes em relação aos séculos passados. Uma vez perdido o seu papel de consciência crítica da nação, o historiador não é mais ouvido quando se trata de compreender uma crise em andamento, delinear um cenário de transformações, orientar a política de um país. A crise do valor social do historiador é demonstrada pela sua sempre menor visibilidade na mídia; para comentar a atualidade, as crises, as revoluções chama-se os sociólogos, os psicólogos, os estudiosos da política, os economistas. E as exceções somente confirmam a regra. O historiador, na sua falta de atuação em uma dimensão científica, para a qual parece inadaptado, perdeu sempre mais e mais em credibilidade.

O abandono então de uma história universal, a procura de uma dimensão científica do trabalho do historiador e o fato de que este método científico deva ser encontrado mais através de um relacionamento com práticas, instrumentos e categorias funcionais ao trabalho, e não através de uma conveniente ligação com um patrimônio filosófico e teórico, largamente refutado pela *Nouvelle Histoire*, são as principais características da historiografia contemporânea. Essa, sobretudo em sua versão francesa, não só nasce sobre um terreno pouco freqüentado pelo historicismo, e – no máximo – se avizinha do positivismo, mas com o tempo rejeitará ainda mais explicitamente as ligações com qualquer estrutura forte do pensamento.

As relações entre *Nouvelle Histoire* e marxismo estiveram a tal ponto difíceis, e onde um encontro aconteceu, foi o marxismo que mais facilmente

curvou-se aos preceitos da *Nouvelle Histoire*, e não o contrário. Persiste a recusa de qualquer filosofia da história, de qualquer visão abrangente e coerente: o discurso do historiador não deve e não pode ambicionar a uma reconstrução unitária do destino do homem, mas preferentemente deve procurar agir em profundidade, desenvolvendo um pensamento e uma exposição sempre mais complexa e refinada. Aquilo que se perde “horizontalmente” se ganha “verticalmente”: é como se o trabalho do historiador, no momento em que perde os laços e as ligações entre as épocas, o público e a experiência, reconquistasse – em perspectiva micro-histórica – um sentido de “totalidade” novo. O modelo é ainda um pouco antropológico, ou seja, aquele da *thick description*: isto é, a identificação de um objeto preciso de pesquisa e a tentativa de nele exaurir a complexidade das ligações e dos significados reunidos através de um trabalho capilar e solitário de investigação de toda a documentação disponível relativa àquele objeto. Se se pensar em alguns trabalhos de Ginzburg ou de Le Roy Ladurie¹⁴, esta tentativa de recuperar na complexidade da rede de relações aquilo que se perde na dimensão prospectiva é particularmente evidente. É, enfim, a tentativa de chegar à totalidade do conhecimento através da soma dos pontos de vista pelos quais o objeto é percebido.

Nesta ótica se situam também alguns exemplos de aplicações à pesquisa histórica de instrumentos multimídia. Nos Estados Unidos, por exemplo, criaram um *site* na Internet¹⁵ – relativo à história de duas pequenas comunidades, uma ao norte e outra ao sul do país – e para o qual estão sendo encaminhadas toda documentação pública e privada disponível em condição de reconstituir a vida quotidiana durante a guerra civil. Participam do empreendimento, além dos historiadores, também os descendentes destes pe-

¹⁴ Notas de LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Storia di un paese: Montailou, un villaggio occitânico durante l'inquisizione. 1294-1324*. (Milano, Rizzoli, 1975) e *Tempo di festa, tempo di carestia: storia del clima dell'anno Mille*. (Torino, Einaudi, 1982).

¹⁵ *The Valley of Shadow Project. Two Communities in the American Civil War*, pode ser encontrado no site <http://jefferson.village.virginia.edu/vshadow2/choosepart.html>.

quenos complexos humanos, que estão recolhendo tudo aquilo que remanesceu: objetos, roupas, fotografias, diários, etc., com a idéia de que trazendo à luz esta rede infinita de testemunhos, chegará o momento em que será possível reconstituir em sua totalidade a aventura humana destas comunidades colocadas à prova no terrível conflito interno.

Sobre esta metodologia microhistórica não faltam, por certo, as polêmicas, até porque junto a alguns trabalhos de grande interesse, encontra-se uma produção muito mais pobre de conteúdos historiograficamente válidos; muitos críticos se perguntam que significado se deve dar a este trabalho de recuperação dos traços, mesmo os mais frágeis, os mais insignificantes. Esta nova historiografia por certo ganhou muito em riqueza de prospecção, mas também perdeu muito no sentido da relevância do trabalho histórico.

Mesmo sem ser um *laudator temporis acti*, não há dúvida que se esconde um problema real: haver feito transitar pela historiografia alguns modelos do, assim dito, pensamento débil, ou mesmo da hermenêutica contemporânea teve conseqüências importantes e ainda haverá mais nos próximos anos. É preciso, de fato, recordar que quando falamos de *Nouvelle Histoire*, estamos já falando de uma tendência que haveria de ser superada por novos paradigmas historiográficos e dos quais ainda pouco sabemos na Itália, mas que em outros países europeus e nos Estados Unidos já se registram significativamente nos estudos.

Partindo de uma avaliação muito crítica dos êxitos conhecidos dos esforços feitos pela historiografia contemporânea para tornar-se por todos os efeitos em uma ciência social, há cerca de 15 anos uma nova orientação se difunde sobretudo no mundo anglo-americano, e se apropria mesmo de algumas teorias da filosofia desconstrutivista francesa de Derrida, retoma alguns conteúdos do pensamento foucaultiano e, por outra via, se remete ao pensamento da hermenêutica de Heidegger a Husserl. Segundo esta orientação pós-moderna¹⁶, o “novo histo-

¹⁶ Para uma introdução à historiografia “novíssima”, ver: PIZZETTI, S. *Il pensiero postmoderno: un cogedo dalla modernità o dalla storia?*. In: “Linea tempo”, dezembro de 1998, 4, pp. 19-30.

ricista” (no qual o termo não deve fazer pensar em ligações com a grande matriz filosófica neo-idealista), é inútil que os historiadores se angustiem a procurar construir um saber histórico-científico, porque a história é essencialmente “discurso”.¹⁷ Reduzida à “retórica”, à simples narração de “histórias”, a ciência histórica vê colocados radicalmente em discussão os pontos básicos e fundamentais de todo conhecimento possível: que exista uma distinção entre o verdadeiro e o falso, entre aquilo que é entendido e aquilo que não o é, ou seja, que o trabalho do historiador deva e possa procurar a verdade, acertar os fatos, os desenvolvimentos, as dinâmicas, os relacionamentos, as ligações, os liames de um contexto histórico.

Esta nova orientação diz que a distinção entre o verdadeiro e o falso é um falso problema, porque o conhecimento do passado humano se realiza somente através da modalidade do discurso: discursos são não apenas obras do historiador, mas em larguíssima medida as suas próprias fontes.

Então, tudo isto que podemos determinar é o tipo particular de discurso próprio do historiador (ou seja, uma narração dominada pela concatenação temporal), sublinhando as diferenças com o tipo de discurso do sociólogo, do estudioso de política ou do romancista. Não é por acaso que esta reinterpretção do discurso histórico tenha nascido nos ambientes de crítica literária, que tendem a separar e discriminar (basicamente com o mesmo fim que para o historiador) entre a verdade dos fatos e a ficção, fruto do ato criativo do escritor. Esta última tendência diz que o historiador é uma espécie particular de romancista que, através dos traços parciais trazidos no tempo e em modos condicionados pelo homem, reinventa o passado. Incapaz de chegar à realidade do passado, o historiador deverá ser o quanto mais puder criativo e imaginativo.

¹⁷ Entre a ampla literatura sobre o assunto, disponível em língua inglesa, assinala-se: MUNSLOW, A. *Deconstructing History*. Londres, Routledge, 1997 e WINDSCHUTTLE, K. *The Killing of History. How Literary Critics and Social Theorists are murdering our Past*. New York, The Free Press, 1996.

Se esta variação em favor da estética se firmasse, se este enfraquecer da distinção entre verdadeiro e falso fosse levado a níveis extremos, se entre a inteligência compreensiva do historiador e a originalidade criativa do romancista não houver mais diferença substancial, que restaria da historiografia tal qual hoje nós a concebemos?

Em seu *Narrare la storia*, o historiador polonês Topolski¹⁸ bem ilustra esta crescente rarefação de um papel formativo da história na cultura ocidental; brincando com a distinção entre os termos ingleses *story* e *history*, Topolski nos ajuda a compreender para qual direção estamos encaminhados.

Devendo concluir, podemos então dizer que a historiografia contemporânea, por tantas maneiras, nunca esteve tão bem: há uma tal quantidade de estudiosos, de objetos de estudo, de potencialidades de manifestações, revistas setoriais, colunas, editoriais, centros de pesquisa e poder acadêmico que configuram-se não somente como um saber, mas também como um poder.

E todavia a história está atravessando, na escola e na sociedade, uma crise de identidade, de significado e de valores bastante aguda, tornando difícil qualquer fácil previsão sobre sua sobrevivência como componente irrenunciável de toda educação e de toda cultura humanística¹⁹.

Roteiros de leitura

Para uma introdução aos temas que desejar rever, no âmbito de uma historiografia em língua italiana já bastante volumosa, assinala-se:

G. Barraclough. *Atlante della storia, 1945/1975*. Roma-Bari, Laterza, 1977.

M. Bloch. *Apologia della storia o Mestiere di storico*. Turim, Einaudi, 1997.

¹⁸ TOPOLSKI, J. *Narrare la storia. Nuovi principi di metodologia storica*. Milano, Bruno Mondadori, 1997.

¹⁹ A este propósito ver as reflexões de: BEVILACQUA, P. *Sobre a utilidade da história para o futuro de nossas escolas*. Roma, Donzelli, 1997.

- F. Braudel, *Scritti sulla storia*. Milão, Mondadori, 1973.
- P. Burke (direção de). *La storiografia contemporanea*. Roma-Bari, Laterza, 1993.
- P. Burke. *Una rivoluzione storiografica*. Roma-Bari, Laterza, 1992.
- E. H. Carr. *Sei lezioni sulla storia*. Turim, Einaudi, 1980.
- G. R. Elton. *Ritorno alla storia*. Milão, Il Saggiatore, 1994.
- M. Foucault. *L'archeologia del sapere*. Milão, Rizzoli, 1971.
- J. Le Goff (direção de). *La nuova storia*. Milão, Mondadori, 1980.
- J. Le Goff. *Storia e memoria*. Turim, Einaud, 1982.
- E. Le Roy Ladurie. *Le frontiere dello storico*. Roma-Bari, Laterza, 1976.
- A. Gallia. *La storia, scienza dell'uomo*. Roma, Studium, 1990.
- W. Kula. *Reflessioni sulla storia*. Veneza, Marsilio, 1990.
- H. I. Marrou. *La conoscenza storica*. Bolonha, Il Mulino, 1992.
- J. Rancière. *Le parole della storia*. Milão, Il Saggiatore, 1994.
- P. Ricoeur. *Tempo e racconto*. Milão, Jaca Book, 1986-1988, volume 3.
- P. Rossi (direção de). *La teoria della storiografia oggi*. Milão, Il Saggiatore, 1983.
- P. Rossi (direção de). *La storiografia contemporanea. Indirizzi e problemi*. Milão, Il Saggiatore, 1937.
- L. Stone. *Viaggio nella storia*. Roma-Bari, Laterza, 1987.
- J. Topolski. *Narrare la storia. Nuovi principi di metodologia storica*. Milão, Bruno Mondadori, 1997.
- J. Topolski. *La storiografia contemporanea*. Roma, Editori Riuniti, 1981.
- J. Tosh. *Introduzione alla ricerca storica*. Florença, La Nuova Italia, 1997.
- P. Veyne. *Come si scrive la storia*. Roma-Bari, Laterza, 1973.
- H. White. *Retorica e storia*. Nápoles, Guida, 1973, volume 2.